

JORNAL

adunicamp

ANO 12

ABRIL 92

Publicação da Associação de Docentes da UNICAMP - Campinas - SP

A EXPERIÊNCIA

Para dar sequência à discussão

“ADUNICAMP E SINDICALIZAÇÃO,

foram convidados representantes

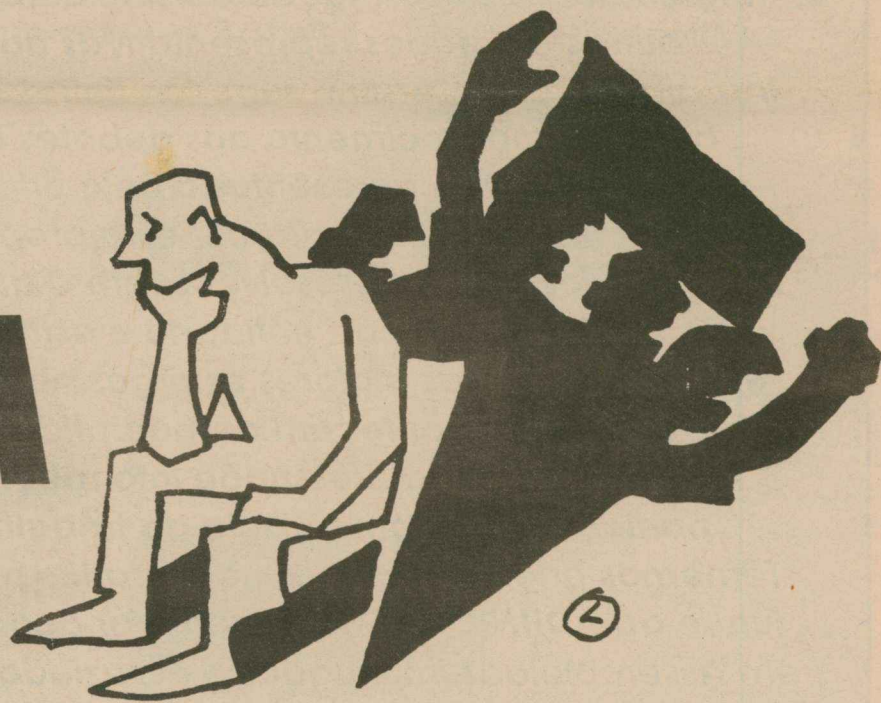
de entidades de docentes que se

tornaram sindicatos para relatar

suas experiências. Veja a partir da

página 3 a síntese do debate.

DA



SINDICALIZAÇÃO

EDITORIAL

A QUESTÃO DA SINDICALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Neste número do Jornal da ADUNICAMP, estamos apresentando a síntese do segundo debate "ADUNICAMP E SINDICALIZAÇÃO", quando

reunimos o professor Marco Antonio Brinati, 1º Vice-presidente da ADUSP, a professora Marilda Ribeiro Lemos, Presidente do SINPRO/Campinas, Magno de Carvalho Costa, Diretor do SINTUSP e Coordenador da FASUBRA, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Presidente do STU e Marco Antonio Sperl de Faria, Vice-presidente da ANDES-SN.

Além da síntese do debate, apresentamos também o artigo do professor José Vitorio Zago.

Ao organizarmos esse debate tínhamos a intenção de criar a possibilidade de um amplo esclarecimento, aos nossos associados, sobre as experiências de formação de sindicatos em outras entidades representativas dos

trabalhadores do ensino superior. Entretanto, o baixo comparecimento aos debates e o pequeno retorno apresentado pelo primeiro jornal, arriscam comprometer esta proposta.

Temos vários pontos a resolver sobre a questão da sindicalização da entidade e estamos envidando nossos maiores esforços para que estas decisões aconteçam democraticamente.

Mas, democracia pressupõe informação e participação; democracia dá trabalho.

Tememos que as decisões necessárias sobre o futuro da ADUNICAMP terminem por acontecer em Assembléias tumultuadas e esvaziadas, com a maioria dos associados distantes e desinformados.

EXPEDIENTE

Diretoria

Presidente: Adolpho Hengeltraub - IFGW
 1º Vice-Presidente: Rafael S. Mendes - FEE
 2º Vice-Presidente: Eduardo J. S. Vichi - IQ
 1º Secretário: Ramón H. Gutiérrez - FEA
 2º Secretário: Valério José Arantes - FE
 1º Tesoureiro: Miguel Arcanjo Areas - IB
 2º Tesoureiro: Denise Bértoli Braga - IEL
 Diretora Administrativa: Emília Rutkowski - FEC
 Diretor de Imprensa: Hélio Lemos Solha - IA
 Diretor Cultural: Antonio G. Trigueiros - IFGW

JORNAL DA ADUNICAMP ABRIL/1992

Jornalista Responsável
Márcia M. Corsi Moreira

Produção gráfica e editoração
Ricardo Orlando (Fone: 8-9380)

Tiragem: 3.000 exemplares

Distribuição gratuita

Canibalismo ou luta de classes

No debate sobre sindicalização realizado pela ADUNICAMP, o companheiro Presser afirma que haverá algum grau de canibalismo na Universidade Pública Paulista e que o desafio do movimento docente é organizar um pouquinho esse canibalismo. No seu artigo o companheiro Presser diz que a nossa Universidade está democratizada e que por isso à ADUNICAMP só resta um papel estritamente sindical.

Existe uma relação entre essas duas posturas do companheiro Presser. Porque a Universidade está democratizada, os ataques que sofremos da burguesia e que são implementados aqui dentro pela Reitoria são entendidos pelo companheiro Presser como agressão entre iguais (da mesma espécie), donde a expressão canibalismo. Daí a concepção de que cabe ao "movimento docente organizar 'democraticamente' esse canibalismo".

A nossa concepção é diferen-

te. A UNICAMP não está democratizada. Precisamos democratizá-la através da instituição da paridade em todos os níveis de representação e de poder. Esta por sinal não é uma proposta da ANDES ao contrário do que afirma o companheiro Presser.

Os reitores e a alta burocracia da Universidade são os agentes do plano do governo de ataque à Universidade Pública e Gratuita. E para barrá-lo não basta a democratização. Em Brasília o reitor foi eleito paritariamente e no entanto cumpre o mesmo papel que Vogt, aqui na UNICAMP, no ataque à organização de seus trabalhadores.

É fundamental lutarmos contra o regime dos patrões também dentro das Universidades; colocando-os fora dos Conselhos Universitários, pondo as fundações sob nosso controle e acabando com o parasitismo dos convênios empresa-universidade, onde os lucros são privados e os custos públicos.

Oficializar: o registro é formal

A segunda polêmica, com outro caráter, é com o companheiro Boito. Concordamos com o companheiro, que muitos têm a criação e o registro oficial do sindicato como uma varinha mágica que tornará desnecessária a mobilização e que a Justiça (burguesa) decidirá tudo a nosso favor. A prática tem demonstrado que a Justiça do Trabalho excepcionalmente julga a favor dos trabalhadores. Portanto qualquer sindicato ou associação, registrado ou não para ser instrumento de luta dos trabalhadores deve ser democrático (a nossa democracia operária) e na luta educar os trabalhadores na desconfiança das instituições burguesas e na força de sua união.

Por outro lado seria estupidez não fazer uso do que a correlação de forças em nível geral colocou de favorável aos trabalhadores na Constituição e nas leis; rejeitando e lutando contra o que é desfavorável. É nesse sentido que o registro do sindicato no Ministério do Trabalho pode trazer algumas vantagens!

Mesmo porque o não registro não é garantia de que a associação sindical seja democrática e independente do Estado. Disso temos abundantes exemplos dentro do funcionalismo público. A luta dentro dos sindicatos e associações pela independência de classe frente ao Estado e aos patrões é permanente. Essa luta se expressou no último Congresso da CUT; no embate contra a "Articulação Sindical"; no repúdio ao pacto social e as vigílias com os patrões e com o Fleury em São Bernardo do Campo e também no episódio do cartão vermelho ao TST votado pelos petroleiros e bancários contra a opinião da Articulação Sindical. Para mim, registrar ou não registrar é formal. O importante é a política de independência de classe e desconfiança no regime democrático burguês levada pelas direções dos sindicatos e associações.

Artigos enviados pelo Profº José Vitorio Zago, do IMECC e Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP

SINDICALIZAÇÃO EM DEBATE

A EXPERIÊNCIA SINDICAL NA UNIVERSIDADE

Dando continuidade à série "ADUNICAMP E SINDICALIZAÇÃO", iniciada com o debate que reuniu, em 6/11/91, Helena de Freitas (FE), Mário Presser (IE), Ricardo Antunes e Edmundo Dias (IFCH), a ADUNICAMP convidou representantes de entidades sindicais ligadas a Universidades para aprofundar a discussão de questões relativas ao tema.

Para esse segundo debate, que ocorreu no dia 28/11/91, contamos com a presença de Marco Antonio Brinati, 1º Vice-Presidente da ADUSP (Associação de Docentes da USP); Lúcia Helena Lodi, Presidente da ADUNESP (Associação de Docentes da UNESP); Marilda Aparecida Ribeiro Lemos, Presidente do SINPRO/Campinas (Sindicato dos Professores de Campinas); Magno de Carvalho Costa, Diretor do SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da USP) e Coordenador da FASUBRA (Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras); Jefferson Lee de Souza Ruiz, Presidente do STU (Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP) e

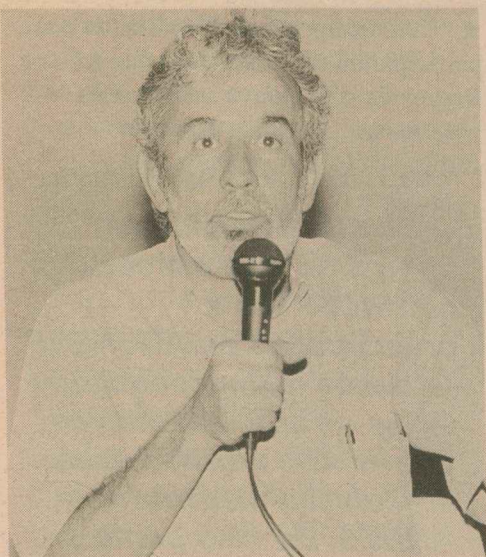
Marco Antonio Sperl de Faria, 2º Vice-Presidente da ANDES-Sindicato Nacional.

Rafael S. Mendes, 1º Vice-Presidente da ADUNICAMP, coordenou a mesa, onde cada representante relatou o caminho percorrido, na Universidade, rumo à sindicalização dos trabalhadores: docentes e funcionários.

Foram destacados problemas de ordem jurídica como a impossibilidade de sindicalização dos servidores públicos antes da Constituição de 1988, até dificuldades práticas como a opção pela forma de organização sindical, com questionamentos como: se a organização deve ser por ramo de atividade; há ou não possibilidade de organizar, num só sindicato, docentes e funcionários; qual o papel dos sindicatos nas Universidades; por que e em que contexto ADUSP e ADUNESP optaram por se tornar Seção Sindical da ANDES-SN? Entre outras questões.

Destacamos, a seguir, os principais trechos desse debate.

FOTOS: FERNANDO DE TACCA

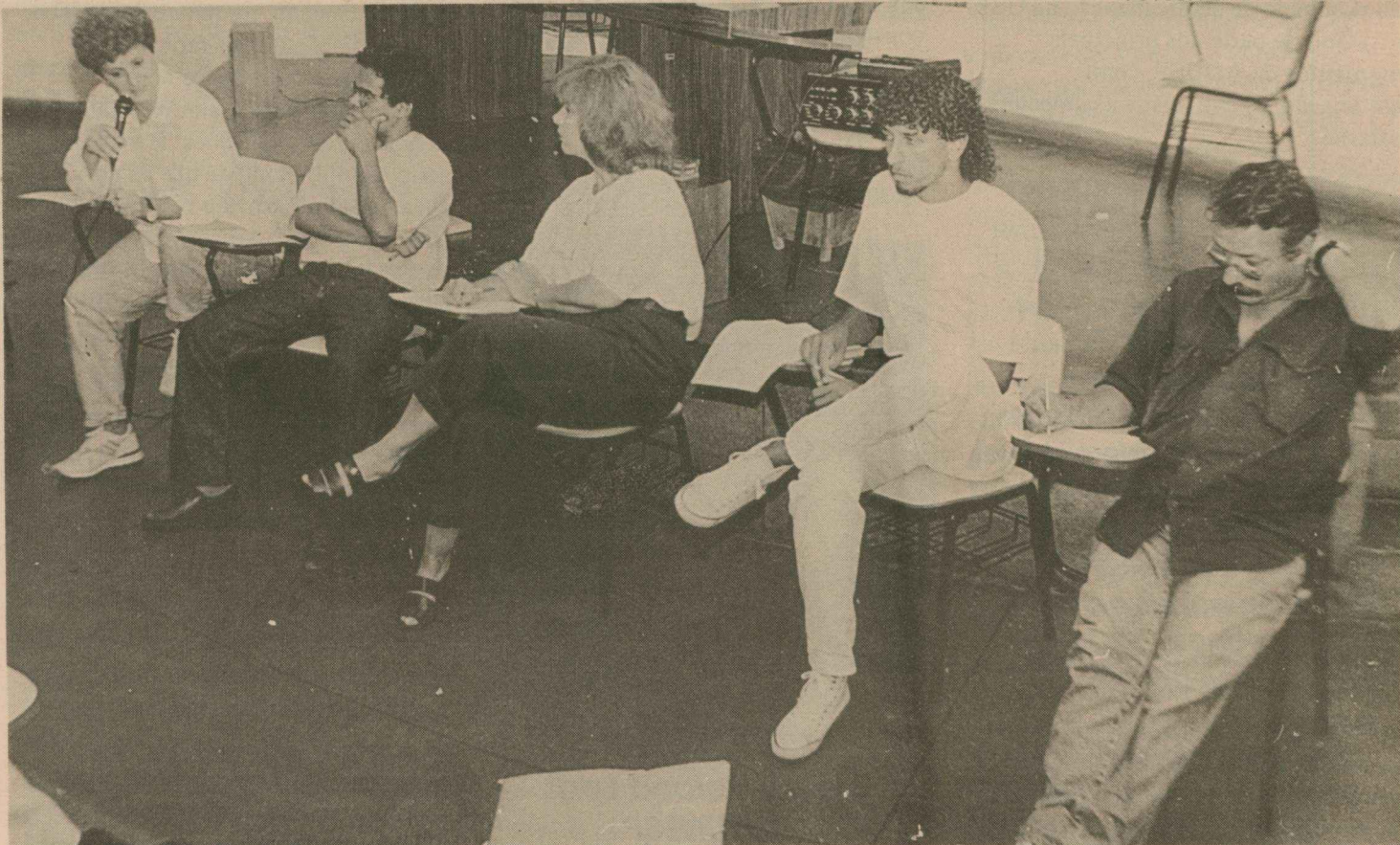


Marco Antonio Brinati
ADUSP

★ "Quando a ADUSP surgiu, em 1976, não era permitido aos servidores públicos organizarem-se em sindicatos".

★ "Surgiu após um incidente que marcou época: o falecimento do Herzog nas dependências do DOI-CODI. Foi, então, uma tentativa dentro da Universidade de São Paulo de se organizar para combater o regime ditatorial da época".

★ "A ADUSP surgiu junto com outros movimentos da sociedade civil que se rearticulava e, a partir daí, ainda que sem o caráter legal de sindicato, a ADUSP foi crescendo como uma forma legitimada de sindicato dentro



da Universidade de São Paulo. Ainda que pela sua inserção dentro do processo de trabalho na Universidade ela tenha características peculiares, diferentes dos outros sindicatos, a ADUSP foi exercendo funções que a qualificaram como representação sindical".

★ "Ao mesmo tempo, as associações de docentes foram se multiplicando em

todo o país e, como reflexo da necessidade de articular o movimento a nível nacional, surgiu a ANDES em 81".

★ (...) "A partir de 87, quando a tendência conhecida como Participação dentro da USP assumiu a diretoria da ADUSP, começaram a se estreitar os laços entre a ADUSP e a ANDES. E a partir de 1988, quando a

Constituição estabeleceu o direito para que os servidores públicos se sindicalizassem, já era intenção da diretoria da ADUSP promover uma ampla discussão sobre a sindicalização. E a Participação já manifestava uma forte vontade que, entre as formas possíveis de sindicalização, fosse discutida a sindicalização em torno da ANDES. (...) A outra chapa lançava a proposta

de um sindicato dos docentes das três Universidades públicas estaduais”.

★ “Durante a gestão de 89/91 da ADUSP, a discussão foi levada avante. (...) Houve, inicialmente, um Congresso para debate das propostas de sindicalização, seguido por uma Assembléia Geral na qual as propostas vitoriosas no Congresso foram votadas e aquelas que conseguiram uma aprovação maior ou igual a 2/3 foram levadas a um plebiscito”.

★ (...) “Apesar da propalada existência de outras propostas de sindicalização, a única que apareceu no Congresso, promovido pela ADUSP, foi a de Seção Sindical da ANDES-Sindicato Nacional. A proposta defendida pelos partidários da outra chapa na eleição da ADUSP em 1989, de formação de um sindicato das Universidades estaduais paulistas, não foi apresentada no Congresso. (...) Eles queriam a existência de um sindicato estadual e a ADUSP à parte”.

★ (...) “A questão da sindicalização não conseguiu ser assimilada pela maioria dos docentes. Apesar de termos tido um Congresso, uma Assembléia com cerca de 900 votantes, um plebiscito com mais de 1.200 votantes, não considero que houve uma conscientização suficiente do problema de sindicalização na USP. (...) Grande parte dos principais momentos da ADUSP, como associação, esteve ligada a campanhas salariais”.

★ **“Hoje, nós estamos tentando colocar, de uma forma mais organizada, a discussão sobre o papel da Universidade. Em particular, queremos discutir a que se propõe uma Universidade pública, como ela se relaciona com a sociedade que a financia, que produção tem em mente e como essa produção se volta para a sociedade”.**

★ “Não houve uma discussão profunda, não houve uma discussão política mais ampla sobre o processo de sindicalização. Na falta disso, o que se levou adiante foi o que se tinha construído ao longo do tempo; ou seja, a decisão de ADUSP-SS da ANDES-SN é uma decisão que manteve o avanço conseguido ao longo do tempo e é consistente com toda a história anterior”.

★ “Quanto à discussão de um sindicato de trabalhadores da Universidade, reunindo docentes e funcionários, eu acho que é uma questão que, com o Fórum das

★ (...) **“A decisão tomada reflete uma situação que foi construída ao longo de mais de dez anos. Ou seja, a decisão optando por ADUSP-Seção Sindical da ANDES-Sindicato Nacional juntou a experiência acumulada ao longo desses anos. Ela preserva a autonomia local para lutas que são particulares no estado de São Paulo, nas quais estão também envolvidas as associações de docentes das outras Universidades estaduais, e mantém a ANDES-SN para lutas mais amplas, para tentar a luta naquilo que talvez seja a origem da maioria das dificuldades que sentimos a nível local. Ou seja, o enfrentamento a nível nacional é essencial também para poder avançar na solução dos problemas locais”.**

entidades de docentes e funcionários das três Universidades, talvez consigamos avançar. Mas eu vejo em algumas unidades mais conservadoras da USP, dificuldades muito grandes para que docentes e funcionários possam tratar conjuntamente dos mesmos problemas”.

FERNANDO DE TACCA



**Lúcia Helena Lodi
ADUNESP**

★ “A ADUNESP nasceu junto com a própria Universidade, como resistência à forma arbitrária com que a UNESP foi criada. O que existia até então eram os antigos institutos isolados de ensino superior no estado de São Paulo. (...) A UNESP foi criada da forma mais arbitrária possível promovendo extinção de cursos e transferência sumária de professores de uma Faculdade para outra, o que envolvia transferência de cidade”.

★ “Foi para enfrentar as situações advindas com a criação da Universidade que os professores se organizaram numa associação, a ADUNESP. Foi, enfim, para resistir a um projeto de Universidade inspirado na reforma do ensino superior de 68. O grande mote era a defesa dos princípios da racionalização e da não duplicação de recursos para os mesmos fins”.

★ “A ADUNESP nasce, assim, estreitamente ligada às questões internas da Universidade recém-criada, ou seja, à vida institucional, e isso se constituiu num traço da nossa vida associativa que se mantém até os dias de hoje”.

★ “Quanto à questão da sindicalização, deparamo-nos, logo de início, com dois tipos de posicionamento. Um deles expressava-se na seguinte pergunta: por que transformar a Associação em sindicato se a Associação tem correspondido às nossas necessidades; se, enquanto Associação, já desenvolvemos uma prática política própria de sindicato? Mais ainda, havia uma certa inquietação no sentido de que, como sindicato, poderíamos estreitar o horizonte das nossas lutas”.

★ “Um outro tipo de posicionamento também bastante freqüente defendia a transformação o mais rapidamente possível, pois enxergava nela a possibilidade de se tratar judicialmente as nossas reivindicações. Havia um certo entendimento de que as nossas questões pudessem ser resolvidas através de uma assessoria jurídica ou de que ações jurídicas bem formuladas tornariam desnecessárias mobilizações e greves”.

★ “Qual a forma que deve assumir o nosso sindicato? (...) Nenhuma outra alternativa senão AD-Seção Sindical e Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior foi explicitamente formulada entre nós. Havia um certo ruído em termos de um sindicato dos professores das Universidades estaduais paulistas. Mas quem defendia esta tese nunca chegou a apresentá-la como uma proposta”.

★ (...) “Apesar de termos carreira única, isonomia salarial e integrarmos o mesmo Fórum de negociação salarial, temos tantos outros aspectos diferenciados no nosso cotidiano. (...) Dificilmente daríamos conta das nossas especificidades construindo um sindicato único”.

★ (...) “Outra possibilidade levantada: um sindicato dos trabalhadores da UNESP, que reuniria professores e funcionários. (...) Essa alternativa era extremamente frágil entre os professores. (...) Funcionários e professores ainda arrolam situações

★ **“Temos muitas similaridades com as outras Universidades, mas temos também a nossa especificidade e a organização dos professores tomou a forma das condições gerais sob as quais vivemos e assim temos desenvolvido as nossas práticas políticas e sindicais. (...) Parecia-me uma aventura pensar um outro tipo de organização sindical que não levasse em conta a nossa história”.**

complicadas e estão vivos desentendimentos ocorridos em mobilizações passadas quando se buscou construir um movimento unitário, realizando assembléias conjuntas”.

★ “Seria uma aventura no momento pensar que poderíamos construir, de um dia para o outro, um sindicato dos trabalhadores da UNESP. Há muito preconceito e equívocos políticos a serem desfeitos. (...) Estaríamos colocando em risco o que se conseguiu construir em termos da organização dos professores”.

★ “Convocamos uma Plenária, da qual participaram representantes das ADs Regionais. (...) Houve assembléias regionais, (...) a única proposta formulada foi apresentada pela

★ **“O que tínhamos em termos de vida associativa na UNESP era a preocupação da ADUNESP — desde que se constituiu — em se articular com as outras ADs e sendo essa articulação mediada pela ANDES. Do meu ponto de vista, essa preocupação é altamente positiva, pois permite que a entidade ultrapasse o caráter meramente corporativo que uma entidade de classe necessariamente tem e volte a sua atenção para questões mais amplas. Isto representa a possibilidade de estar participando — e se posicionando com outras ADs SS — da discussão sobre política educacional, científica, tecnológica e de desenvolvimento para o país”.**

diretoria da ADUNESP Central e defendia a transformação da AD em AD-Seção Sindical da ANDES-SN”.

★ “A proposta foi encaminhada às ADs Regionais. Das 15 ADs Regionais, 11 realizaram assembléias e votação. (...) Temos, então, a deliberação política de nos constituirmos em Sindicato na forma de AD-Seção Sindical. Estamos agora cuidando dos aspectos formais”.

(*) A estrutura da ADUNESP é constituída por ADUNESP central e ADs Regionais.

FERNANDO DE TACCA



Marilda Lemos Ribeiro
SINPRO

★ “O SINPRO é um sindicato das escolas particulares. Ele atende aos professores desde a pré-escola até o 3º grau, das escolas particulares de Campinas e região”.

★ **“Nós, do Sindicato dos Professores, apesar de todas as dificuldades, achamos que o ideal seria sindicato por ramos de atividades, sindicato de trabalhadores em educação. Eu acho que a gente ganha mais força onde a gente consegue fazer esse movimento conjunto. Mas ainda existe muita resistência também e muita dificuldade de estar colocando as duas categorias num mesmo caminho para discussão”.**

★ “Ultimamente a gente tem conseguido um trabalho na PUCC, apesar de todos os problemas que tem o sindicato dos funcionários de lá, mas temos conseguido fazer um trabalho, e sempre que fizemos, ele foi mais eficiente do que cada categoria separadamente”.

★ “Nós recentemente fundamos a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimento de Ensino da Rede Particular, que atende

a professores e aos trabalhadores da administração”.

★ “Em relação à questão de sindicalização da ADUNICAMP, a gente entendia no início, quando a Constituição deu o direito de sindicalização ao funcionalismo público, que naquele momento parecia que a fundação de um sindicato de trabalhadores na educação do estado de São Paulo seria uma saída, até em cima da tradição de luta dessas três Universidades, que sempre fizeram campanhas conjuntas”.

★ “Hoje, realmente, a USP foi para a ANDES, a UNESP foi também. Então, eu não sei bem como ficaria o quadro da UNICAMP, como está a posição da UNICAMP hoje em relação a isso, da ADUNICAMP. Mas a gente ainda entende que o ideal seria um sindicato de trabalhadores na educação”.

★ “Eu acho que a UNICAMP tem que estar avaliando qual a melhor forma dela estar fazendo essa sindicalização, onde ela encontrará maior força. Eu não sei se isoladamente isso é possível”.

★ “Nós sempre tivemos muito claro que a ANDES é o representante das Universidades Federais. Agora, em relação às escolas de 3º grau, aí a gente tem uma briga, não é Faria? Que as escolas particulares devam continuar no SINPRO, porque hoje temos um grande número de SINPROs que são de luta, são batalhadores, não só em São Paulo como em todo o país. (...) Os sindicatos que realmente querem levar um trabalho a sério estão filiados à CONTEE”.

★ “A discordância nossa em relação à ANDES é quanto à representação dos professores das escolas particulares de 3º grau, porque nós entendemos que há uma dificuldade até muito grande de se colocar tudo isso, de dar conta de tudo isso e há sindicatos realmente de luta que estão representando estas entidades, essas escolas de 3º grau”.

★ “A gente está sempre envolvido nessas lutas, mas a categoria, principalmente na escola particular,

★ **“Acho que a gente tem que fazer um esforço conjunto — tanto a escola particular quanto a estadual e a federal — para mudar essa situação de que sindicato é para levar luta salarial. Nós temos muitas coisas a levar. Eu acho que a gente faz essa tentativa, enquanto SINPRO, de estar participando das lutas gerais”.**

ainda não vê que tudo o que acontece com o salário dela, o reflexo é da situação geral. É muito complicado a gente mostrar isso para a categoria”.

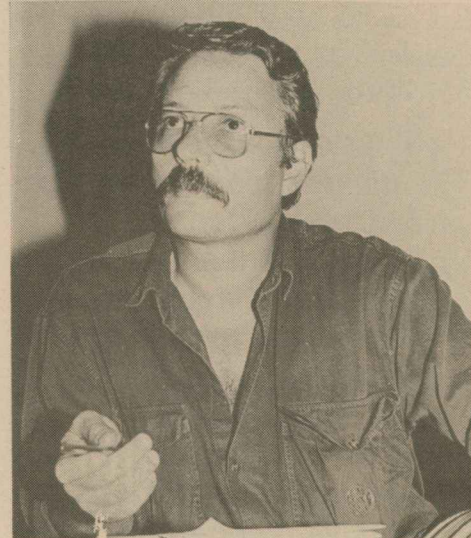
★ “Quando a gente começa a colocar muito a questão política mais geral, nas assembléias, acontece de professor levantar e falar: — «Eu vim aqui para saber do meu salário e não para saber o que está acontecendo. Chega de falar mal do Collor, porque não é isso que eu estou querendo». Mas eu acho que a gente tem que educar, conscientizar nossa categoria de que os nossos problemas particulares têm muito a ver, têm tudo a ver com os problemas gerais que o país atravessa”.

★ “Acho que nós temos que nos unir mesmo, todos, pela escola pública e gratuita e de boa qualidade”.

★ “A gente só vai mudar a nossa situação enquanto escola privada, quando a gente contribuir realmente para mudar a educação pública. E a escola privada ficar no seu papel de opção de cada um”.

★ “A escola privada também está muito ruim. Salvo pequenas e raras exceções, a grande maioria é muito ruim, a qualidade é muito ruim, e ela fica servindo de escudo aí para a escola pública para dizer: se a escola pública não está boa eu boto o meu filho na privada”.

FERNANDO DE TACCA



Magno C. Costa
FASUBRA

★ “Há três anos, quando a gente começou essa discussão, havia dois grandes blocos de propostas. Uma que entendia que o sindicato deveria ser por ramos de atividades. Entendia ramo de atividade como servidores públicos; seria um ramo de atividade e aí existiam três níveis: municipal, federal e estadual. O outro bloco de proposta, entendia que o ramo de atividade era saúde, educação, pelo fazer comum. Então devia se criar o sindicato da educação, dos trabalhadores da educação e o sindicato dos trabalhadores da saúde”.

★ “A FASUBRA, que reúne as Associações de funcionários das

Universidades, optou e também foi um entendimento que a CUT teve, pelo entendimento de que o ramo de atividade era pelo fazer comum: saúde e educação”.

★ **“E a proposta original dos funcionários das Universidades a nível de todo o país, era de construir o sindicato dos trabalhadores da educação. (...) Na ação sindical, na luta pela reivindicação, há interesses diferenciados, então, a gente sabia que teria problemas”.**

★ “Nossa briga foi para tentar construir um sindicato junto com os docentes. (...) Eu acho que 50 Universidades brasileiras, a nível de funcionários, defendiam o sindicato numa federação única: que ANDES e FASUBRA se unificassem e que, a nível das Universidades, se unificassem também professores e funcionários”.

★ “Os professores, a nível nacional, não aceitaram nunca essa proposta e a gente tem um entendimento de que isso tem a ver com toda uma cultura, toda uma concepção inclusive — desculpa aos companheiros, mas eu tenho que ser franco — elitista. Mesmo por parte de grande parcela da categoria docente — que não quer e nunca quis se misturar com funcionários e até a idéia de aceitar o nome de sindicato dos trabalhadores das Universidades — o docente tem uma concepção de que ele é um pouco mais do que os trabalhadores, enfim, ele é um educador”.

★ “A história nossa recente, das seis entidades unificadas para elaborar uma proposta conjunta, tem mostrado que é possível trabalhar junto. (...) Mas a gente sabe que é unificação muito a nível da cúpula, da direção. Essa unificação não se reflete ainda no trabalho do movimento”.

★ “O desafio que eu acho que está colocado para nós é que continuemos com a mesma idéia de que devíamos ter um sindicato junto de docentes e professores”.

★ “A questão do empregador, por mais que a gente não goste, ele com certeza condiciona a organização sindical e isso é uma coisa histórica. (...) Não é que eu ache que isso é o correto. Eu digo que eu acho que isso é um condicionante que, independente da nossa vontade, está colocado. (...) É tudo em função do trabalhador que procura se organizar para vender melhor sua força de trabalho ao patrão. Isso, independente da nossa

perspectiva até ideológica, é que com certeza condiciona o movimento sindical”.

★ “A questão, por exemplo, do fazer comum, entender o fazer comum como educação para os docentes, para os professores de 1º e 2º graus, é muito fácil porque todos são da área, têm uma formação de educador, trabalham com a educação, pensam a educação o tempo todo e exercem isso. E funcionário é diferente. (...) Um funcionário do Hospital Universitário de São Paulo tem muito mais uma formação, se sente muito mais trabalhador da saúde do que da educação”.

★ “A nível das lideranças (docentes) não há essa perspectiva de unificação, talvez até por conta das dificuldades que sentem dessa proposta ser aprovada na sua categoria. Ou talvez mesmo por terem os mesmos tipos de posições que existem também na base da categoria. Não há disposição, eu sinto isso”.

★ **“Num seminário nacional de entidades, foi unânime por parte das associações de funcionários de Universidades de todo o país — seja de federais, de estaduais — a idéia de que a gente tinha que construir o sindicato único. E também foi unânime, a nível dos docentes, que não se devia construir”.**

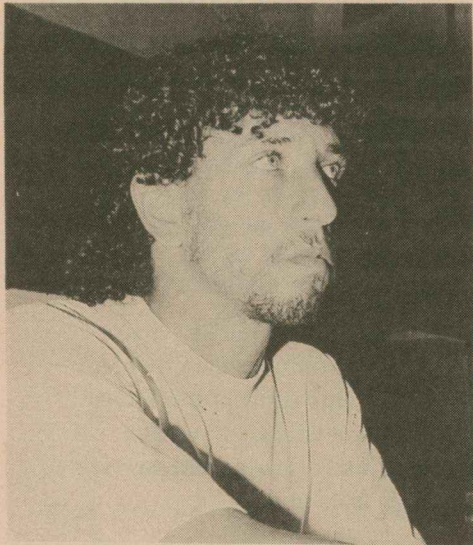
★ “Hoje, com o Collor tentando aplicar o projeto neoliberal — tentando não!, aplicando, não é? — (...) e fazendo um processo de estrangulamento tanto das Universidades como da saúde (...) e, dos outros setores do serviço público nem se fala, (...) a dificuldade que nós temos para travar essa luta, se nós não estamos unificados, inclusive de forma orgânica com os docentes, é muito maior”.

★ “Estão sendo destruídas todas as Universidades estaduais do Brasil, com exceção do eixo Rio-São Paulo. USP, UNESP, UNICAMP e UERJ são as que estão de pé — descendo a ladeira, não é? Mas lá em cima da ladeira. E as outras estão chegando lá embaixo e arrebentando. Nós temos que fazer uma luta em defesa da Universidade estadual. Então nós vamos ao MEC. Agora não é um absurdo os funcionários das Universidades irem ao MEC sozinhos? (...) É um absurdo nós estarmos fazendo isso, nós os funcionários das Universidades e os docentes não estarmos juntos, não estarmos pelo

menos discutindo essa idéia junto”.

★ “Essas articulações, como por exemplo Seis Entidades (das Universidades Públicas Paulistas), são muito importantes mas respondem a uma questão muito específica, que é a campanha salarial. E o fato de não haver a organização impede que a gente discuta tudo isso e impede inclusive a politização do movimento”.

FERNANDO DE TACCA



**Jefferson de Souza Ruiz
ASSUC**

★ “O processo de transformação da ASSUC em sindicato, que ainda está em curso, segue as orientações, as deliberações dos últimos Congressos da FASUBRA, que foi onde se definiu essa estrutura de se criar sindicatos estaduais onde ainda havia Associações de funcionários”.

★ (...) **“Acho que todos os sindicatos, no mínimo, das três Universidades paulistas, têm a visão de que a gente não deve se voltar unicamente para a resolução dos problemas específicos. Mas o sindicato deve ser o instrumento importante, inclusive na operação de todas as relações sociais estabelecidas, a nível do país e do mundo”.**

★ “Na Unicamp, a gente procurou, desde quando foi promulgada a Constituição de 88, ainda enquanto oposição, fomentar um debate entre os funcionários da necessidade da gente estar criando um sindicato. Porque na USP e na UNESP, os funcionários já tinham dado esse passo e isso também gerava uma certa cobrança entre os funcionários dentro da UNICAMP”.

★ “Mesmo sabendo das dificuldades da USP e da UNESP, discutíamos sempre essa possibilidade de unificação com os docentes”.

★ “A gente não pode construir uma estrutura sindical voltada unicamente

para o corporativo, que é uma tendência de todos os sindicatos, mas avançar no sentido de ter um projeto educacional mais elaborado”.

★ “A nossa avaliação é de que a gente tem problemas comuns, mais do que nunca. Porque aqui na UNICAMP, a gente tem uma reitoria que tem se caracterizado pelo ataque às conquistas, tanto dos docentes, quanto dos funcionários e dos estudantes; uma truculência, um fisiologismo espalhado entre as três categorias. E que isso exige de nós respostas conjuntas”.

★ “Queríamos tentar constituir na UNICAMP o sindicato de luta, independente da reitoria, que pudesse colocar uma perspectiva de organização dos trabalhadores da UNICAMP”.

★ “A gente fez todo o processo de debate na categoria, algumas teses foram escritas. Eram seis teses escritas aqui no nosso Congresso, que foi realizado em junho, ou no processo de debates nas unidades. Em algumas unidades, docentes participaram e inclusive se elegeram delegados ao Congresso e o Congresso criou o sindicato. A criação do sindicato vem com a perspectiva de se conseguir avançar nessa discussão e trazer até os próprios docentes a discutir a possibilidade da gente se organizar num sindicato único.

★ “O Congresso apontou também uma democratização do sindicato que acho que permite perfeitamente que a gente trate as peculiaridades de cada segmento (docentes, funcionários) no mesmo sindicato. Por exemplo, hoje o Estatuto do Sindicato prevê uma estrutura democratizada, a gente já não tem mais presidência ou qualquer cargo, nós temos nove coordenações”.

★ **“Um sindicato único — docentes e funcionários — (...) não estaria perdendo, de forma alguma as especificidades, mas muito pelo contrário, juntando. (...) Queremos ver o que é comum e somar ao invés de dividir. Acho que as similaridades, as proximidades da situação a que a gente está submetido são muito maiores do que as diferenças, apesar de concretas, e até de um histórico difícil de unificação”.**

★ “O sindicato na UNICAMP, por apontar uma perspectiva de organização menos corporativa, mais avançada inclusive no sentido de

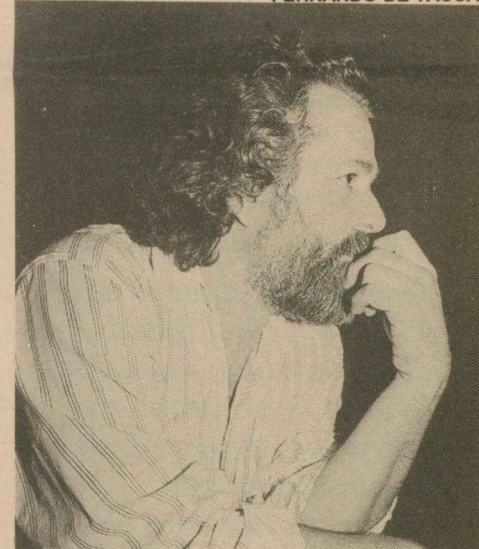
politizar mais toda a categoria, acho que ele representa uma ameaça ao projeto de Universidade que a atual Reitoria tem”.

★ “A experiência do Fórum das Seis Entidades é uma experiência muito rica. (...) Acho que a gente precisa aprofundar algumas outras questões que não as salariais”.

★ “A gente deve apontar para a criação do sindicato da educação, que é a questão do ramo de atividade pelo fazer comum, mas que ainda prevê muitos desafios”.

★ “Para a gente cumprir toda a luta que a gente tem da defesa da educação, acho que a questão do enfrentamento à perspectiva privatista do governo Collor no país, — e que está indo a passos largos, sem uma reação à altura, (...) e que sem dúvida nenhuma esse processo vai chegar às universidades, está chegando de formas paliativas, por exemplo, convênio da Rhodia com a UNICAMP e uma outra série de medidas, que têm colocado a perspectiva privatista da universidade — acho que para isso a gente vai ter que aprender um pouco que a gente vai ter que nadar contra a maré”.

FERNANDO DE TACCA



**Marco Antonio de Faria
ANDES-SN**

★ “O sindicato nacional dos trabalhadores da educação é um norte. Acho que é o norte que a gente tem que seguir, mas no momento qual foi o mote que se teve para a transformação das entidades representativas dos trabalhadores em educação? Foi a questão de ter-se um conjunto significativo de trabalhadores em educação como funcionários públicos e com a nova Constituição, passarem a ter o direito de sindicalização. Agora, o fato de aparecer isso não vai significar que você vai ter uma mudança radical e brusca no processo de organização que estava se dando.

★ “Toda a discussão que se deu no interior da ANDES partiu do seguinte pressuposto: transformar-se em sindicato, ter essa mudança de

qualidade, que dá algumas vantagens na luta, mas também respeitar o histórico de organização do movimento docente, com mais de dez anos de existência”.

★ “Apesar de entender que o mecanismo de conquista salarial não seja necessariamente via dissídio, esta é uma alternativa que não deve ser destacada e que aparece quando se transforma em sindicato.”

★ “A discussão ANDES-FASUBRA está num estágio diferenciado do que ela estava há dois, três anos atrás. A gente tem avançado significativamente”.

★ “Pela própria necessidade, o embate nas campanhas salariais e algumas coisas, o empregador acaba definindo a nossa forma de organização. Ou seja, como trabalho na Estadual Paulista, eu vou negociar com o governador do estado de São Paulo. Então, é esse tipo de organização, e eu acho que é aí que a gente tem que conseguir avançar e é o seguinte: o interesse da categoria, qual é? E o interesse de quase todos, todos aqui presentes, é em defesa de alguma coisa maior do que um sindicato que só faça luta economicista, não é? E por conta disso, extrapola essa questão do empregador”.

★ “E a outra questão que é central para nós é que a luta em defesa da educação, da escola pública de

qualidade, com todos aqueles parâmetros que a nível do movimento docente nacional a gente tem trabalhado, mostra claramente para a gente o seguinte: que tem que ser um sindicato que una o público, o privado e o público, tanto do federal quanto do estadual, porque o enfrentamento é um só”.

★ “A luta em defesa da escola pública passa por um enfrentamento maior e mais incisivo com o que se dá hoje no ensino privado”.

★ “Toda a campanha que se verifica de denegrir a escola pública — então

★ “Por conta das adversidades que os companheiros do setor privado de ensino têm vivenciado, na total selvageria que é o tratamento que a mantenedora dá para esse trabalhador, hoje a ANDES tem uma pequena representação no setor privado. Efetivamente os SINPROs talvez tenham uma representação maior e isso nega a importância da ANDES para o setor privado enquanto forma de organização?”

você vê o governo extremamente crítico com a escola pública, fazendo críticas às vezes sem fundamentação, com manipulação de números — e totalmente omissos com a situação que se vive na instituição privada de ensino. Então, tem um processo de privatização, e aí se você olhar pela ótica do empregador, que é um só, é uma lógica só que norteia o que se está fazendo na escola pública, se está fazendo na escola privada. Então, o nosso enfrentamento é nesse nível também, ele não pode ser fragmentado”.

★ “Negar que todo o processo acumulado de dez anos de discussão no interior da ANDES sobre modelo de Universidade, sobre estrutura de carreira, sobre a questão da capacitação docente, não tenha sido o grande mote, o grande elemento motivador da luta nas instituições privadas de ensino, é fechar o olho para uma história de dez anos de organização desses setores”.

★ “Por que o sindicato nacional, hoje? MEC é nacional; CEF é nacional; CNPq é nacional; a luta da LDB é nacional; CRUB, nacional; Associação Brasileira de Escolas Católicas, nacional; todas são entidades nacionais, há um enfrentamento nacional. Se a gente quiser pulverizar essa luta, tudo bem, mas eu acho que é taticamente incorreto”.

★ “E a questão final da ANDES-FASUBRA é: não dá mais para juntar por cima quando não junta por baixo. O trabalho nosso qual que é? Realizarmos discussões conjuntas garantindo que essa discussão reflita na base, articularmos as lutas de forma unitária”.

“A organização nacional dos trabalhadores em educação não vai acontecer criando-se uma entidade nacional, mas sim fazendo avançar o processo de organização das entidades existentes. E esse processo avançar significa o seguinte: reforçar as estruturas criadas, que são frutos de organização e de luta, que não estão ligadas a imposto sindical, a patrimônio absorvido ou peleguismo, mas sim ligadas a uma história de luta”.

“A estrutura de organização da ANDES-SN é feita via organização por local de trabalho a partir das seções sindicais que é qualitativamente distinta da organização via delegado sindical. Acho que essa estrutura sindical está diferenciada de uma estrutura federativa e confederativa e eu acho isso positivo”.

Intervenções da platéia

HÉLIO LEMOS SOLHA



Francisco de Assis Machado Reis
Professor do IQ

★ “O sindicato teria que ser unitário. Está certo que na base, o professor está descobrindo agora que é assalariado, mas se as lideranças não começarem a trabalhar em favor dessa unidade, ela não vai ocorrer. Eu vou um pouco mais além: eu pessoalmente defendo um sindicato dos trabalhadores das Universidades do estado de São Paulo”.

★ “O empregador condiciona sim, condiciona muito. E nós temos, e necessariamente as lutas que mais dão mobilização ainda são as campanhas salariais, sem dúvida nenhuma. E nesse ponto, nós temos uma distinção das Universidades federais, ela é óbvia, ela é evidente. E eu ousa até a pensar que o fato da ADUNESP e ADUSP já terem se transformado em seções sindicais da ANDES dificulta essa união de trabalhadores docentes e servidores das Universidades”.

★ “Quando o Fórum das Universidades Paulistas está avançando nesse contato, talvez fosse o caminho ir mais à frente dele e procurar cristalizar um sindicato em São Paulo. Eu estou convencido disso”.

★ “A gente não pode negar uma questão de poder dentro

desses sindicatos. Como é que se vai negociar? Se por acaso a ADUNICAMP se ligar à ASSUC, como é que vai ficar a questão da direção da entidade?”

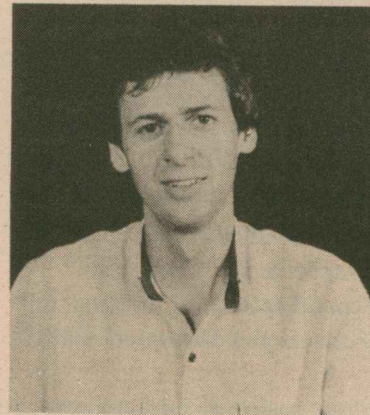
★ “Acho que em São Paulo se caminharia bastante, ajudaria muito se caminhasse para um sindicato único das Universidades do Estado de São Paulo, professores e funcionários”.

★ “A questão dos preconceitos existe, de parte a parte, o maior deles realmente, você tem razão, é dos docentes; o docente, ele não se sente um trabalhador. Mas também têm outros preconceitos da parte dos funcionários. Os funcionários identificam os professores como sempre aquela figura autoritária, despótica, e aí começa uma série de recriminações”.

★ “Eu não vejo qual é a diferença que tem hoje da

reivindicação principal nossa, docente, da reivindicação dos funcionários. É exatamente a mesma”.

ARQUIVO



José Luís Pio Romera
Funcionário do IA e Coordenador do STU

★ “A Lúcia estava colocando que as diferenças na última greve se exacerbaram, no momento em que se colocou o conjunto (docentes/funcionários)

numa assembléia. Mas eu fico pensando o seguinte: numa assembléia de docentes, só de docentes, houve problema também. Numa assembléia só de funcionários, houve problema. Então, eu acho que o problema maior é a gente estar aprendendo a conviver com divergências”.

★ “Essa é uma reflexão que a gente tem que estar fazendo e estar aprendendo com as diferenças. Essa é uma questão principal, inclusive para a consolidação da democracia no país”.

★ “Parece que essas pessoas conseguem ver mais as diferenças e não conseguem enxergar o que é comum.”

★ “Uma questão que é concreta e que a gente não tem como resolver só internamente é a questão nacional da democracia econômica”.

A ADUNICAMP NO CONTEXTO DA SINDICALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS

- 1931** - Instituída a estrutura sindical coibindo o direito de sindicalização ao funcionalismo público.
- 1962** - Em setembro é fundada a ASSUSP (Associação de Servidores da USP).
- 1971** - Fundada a ADUNESP, como resultado de movimento contra a forma autoritária como foi criada a UNESP - respaldada na Reforma de Ensino de 68.
- 1976** - Fundada a ADUSP, numa tentativa, dentro da USP, de se organizar para combater o regime ditatorial da época.
- 1977** - Dia 12 de maio é fundada a ADUNICAMP, também como canal de luta da Universidade contra a crise gerada no país com o golpe de 64, no bojo dos movimentos de luta e resistência à ditadura militar. — Em setembro é criada a ASSUC.
- 1979** - Em abril a ADUNICAMP integra a greve de resistência ao governo Maluf, ao lado de demais professores da rede estadual. A reivindicação básica: 70% + Cr\$ 2.000,00.
- 1980** - Década em que se dá a explosão do sindicalismo dos assalariados médios (até então com pouca tradição sindical): médicos, professores, bancários, trabalhadores do setor de serviços, funcionários públicos.
- 1981** - Em fevereiro é criada a ANDES, em Congresso realizado em Campinas (por ocasião do 3º Encontro Nacional de ADs), como reflexo da necessidade de articular o movimento docente em nível nacional.
- 1981** - A intervenção de Maluf na UNICAMP marca um período de novos e grandes desafios para a ADUNICAMP: resistir à intervenção, em defesa da Universidade.
- 1988** - Com a Constituição de 88 e a liberdade de associação sindical, os funcionários públicos conquistam o direito de se sindicalizar. — É deflagrada, em setembro, a greve pela URP, momento em que a ADUNICAMP esteve ao lado de outras categorias do funcionalismo estadual. — Surge o movimento SOS UNIVERSIDADE, reunindo docentes, funcionários e estudantes da UNICAMP, USP e UNESP, em luta unificada em defesa da Universidade Pública. — Na USP, a ASSUSP torna-se SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da USP), em outubro. — A ADUNICAMP desencadeia um processo de discussão em torno da sindicalização (Boletins nov. e dez./88) durante a campanha SOS Universidade.
- 1989** - A ANDES transforma-se em Sindicato Nacional — ANDES-SN — por deliberação de seu Congresso realizado em Goiânia, lançando campanha nacional de transformação das ADs (Associações Docentes) em SSs (Seções Sindicais). — Na UNESP, um Congresso realizado em setembro, no Campus de Jaboticabal, funda o SINTUNESP*: Sindicato dos Trabalhadores da UNESP. (*). Até então, os funcionários da UNESP se congregavam em entidades que existiam em cada um dos campi.
- 1991** - A ASSUC realiza um Congresso, em junho, onde é fundado o STU (Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP). — A ADUNICAMP retoma, em novembro, a discussão em torno da sindicalização, realizando debates e lançando uma edição especial de seu Jornal com o tema. — ADUSP e ADUNESP se oficializam como Seções Sindicais da ANDES-SN.



A morte de Herzog, em 75, nas dependências do DOI-CODI, reforça, nas Universidades, os movimentos de resistência à ditadura

FOLHA DE S. PAULO 18/02/81
Estaduais lançam nota conjunta sobre campanha

As diretorias das Associações de Docentes da USP, Unesp e Unicamp divergem, porém, não concordam em realizar a recente criação de um conselho consultivo das ADs, entidade que seria responsável por questões de natureza administrativa e financeira da campanha salarial, mas que não teria poderes de negociação com as autoridades governamentais.

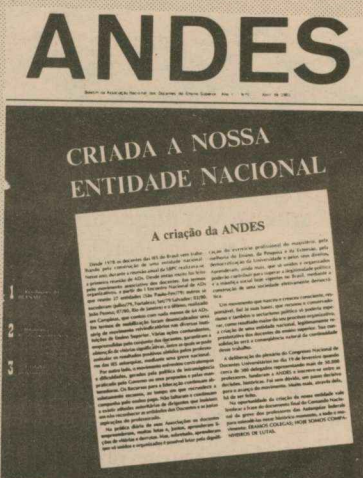
A nota da Adusp, Adunesp e Adunicamp lembra que o conselho consultivo é o único órgão autorizado a falar da campanha salarial dos professores.

O documento afirma que desde dezembro vêm sendo mantidas reuniões de discussão da campanha salarial.

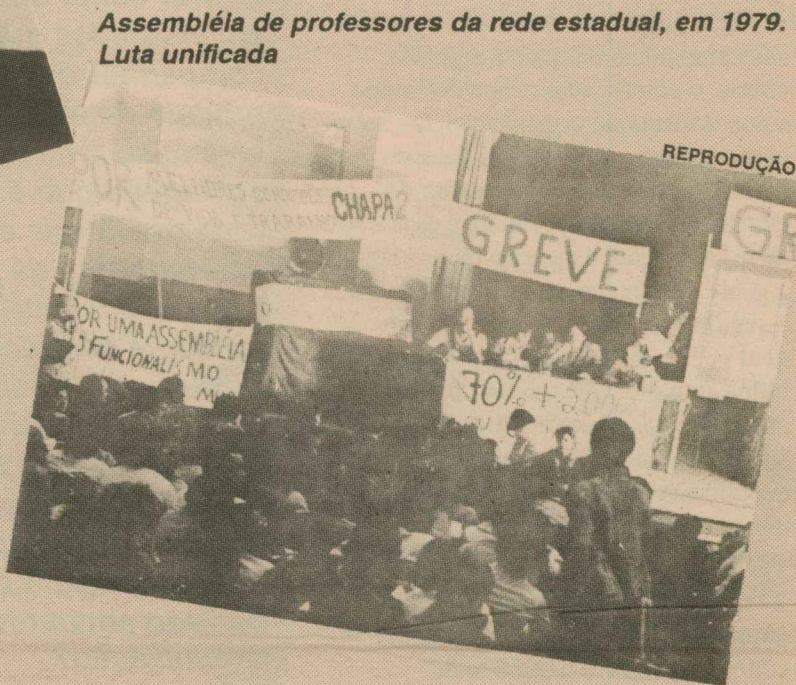
“Sem como foi realizado encontro com o governador Paulo Maluf, secretário de Estado reitor”, a imprensa que desde então não foi possível, apesar de já ter sido realizada uma reunião, na cidade de Piracicaba, com representantes das entidades docentes.

“Reafirmamos a necessidade de realizar um encontro de nível superior para conversarmos os termos da proposta governamental de mudanças reestruturadas em defesa da Universidade”, acrescenta a nota, acrescentando que as três entidades representadas que se encontra a convenção em articulação com as entidades docentes para a criação de um conselho consultivo para avaliar a situação e decidir, subsequentemente, de quando em quando a ser votado.”

Em 1981, ADUSP, ADUNESP E ADUNICAMP lançam nota conjunta sobre campanha salarial



Boletim nº 1 da ANDES (abril, 1981)



Assembléia de professores da rede estadual, em 1979. Luta unificada



Jornais anunciam a criação da ANDES, em 1981, em Campinas



Manifestação, em São Paulo, durante a greve das Universidades Paulistas, em 1988: violência policial

Mais de 800 pessoas lotam o teatro interno do Centro de Convivência Cultural em ato do SOS Universidade